

1. Contexto operacional

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Companhia, em 11 de abril de 2014, concluiu processo de alienação de suas unidades localizadas na Argentina, incluindo todos seus ativos, ao diretor presidente de tais sociedades, conforme mencionado na Nota 11.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais, localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG. Dentro do processo de reestruturação e redução de custos, as unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP, foram encerradas em 2014, tendo suas atividades fabris transferidas para a planta industrial de Jundiaí/SP.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, carpetes, acionadores de vidro e outros componentes menores. A produção de produtos não automotivos, com foco na injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia.

O controle acionário da Permal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que atualmente detém 46,09% do capital social da Companhia, pertence a *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC (75,7%) e Franklin Mutual Advisers LLC (24,3%), com sede em Delaware, Estados Unidos.

Situação Financeira

A desaceleração na produção de veículos em 2015 foi em torno de 23% (conforme dados da ANFAVEA) em relação a 2014. Com isso, a receita líquida da Companhia no exercício de 2015 apresentou uma queda de 27% quando comparado com o ano anterior.

A Plascar foi nomeada em novos projetos para fabricação de peças injetadas para veículos junto a seus atuais clientes, bem como naquelas montadoras que estão se estabelecendo no Brasil, além de novos negócios não ligados ao setor automotivo, dos quais alguns ainda se encontram em fase de desenvolvimento, e outros já tiveram sua produção iniciada.

A Plascar continua tomando medidas para reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria prima etc), tudo de acordo com o processo de reestruturação da Companhia, que também culminou com o fechamento das unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP e alienação das operações na Argentina.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 423.550 mil. A empresa possui tecnicamente contratos bancários vencidos e, em 2015, a Companhia transferiu o saldo de empréstimos de longo prazo para curto prazo no montante de R\$ 236.387, em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”). Para esses contratos vencidos, a Companhia vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito.

Diante das negociações em andamento e do claro esforço da Companhia para renegociar cada um desses contratos, nenhum banco se valeu do direito de declarar vencimento antecipado. Não há, por parte da Companhia, expectativa de que ocorra qualquer execução.

Apesar de estar tecnicamente exigível no curto prazo, ainda dentro do processo de saneamento das finanças, a Companhia concluiu o alongamento da dívida bancária, processo finalizado dentro do

exercício de 2015 e de acordo com a sua gestão de risco financeiro relacionado ao risco de liquidez (Nota 4.1). Após a assinatura desses contratos de alongamento, os empréstimos de curto prazo foram reduzidos em aproximadamente R\$ 100 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2014. Após tais ações, os vencimentos esperados no curto prazo estão compreendidos basicamente por empréstimos de capital de giro, no montante aproximado de R\$ 87 milhões, que vem sendo renovados com sucesso, periodicamente, com base na qualidade dos recebíveis dados em garantia. A Companhia também está buscando linhas de crédito com perfil mais alongado a fim de equacionar seu problema de liquidez. Adicionalmente, a Companhia conta com a melhora na sua atividade operacional para manter tal processo em andamento e continuar obtendo as renovações/ampliações necessárias futuras para, juntamente com a geração de caixa operacional, manter caixa para as obrigações de curto prazo. Apesar do cenário econômico atual apresentar grandes incertezas para níveis de atividade do setor automobilístico, a Companhia acredita que no médio prazo as operações vão apresentar recuperações e que a qualidade de seus recebíveis e ativos dados em garantia serão suficientes para as renovações dos prazos dos empréstimos.

Adicionalmente, a Companhia vem conduzindo os trabalhos relacionados à busca de um novo investidor privado, com posterior aumento de capital. A Companhia estuda ainda outras alternativas para continuar o processo de saneamento da posição financeira e aumento das fontes de caixa como o contínuo aumento de suas operações em indústrias que apresentam maiores margens.

Adicionalmente, a Companhia estuda formas de viabilizar o parcelamento de seus débitos tributários vencidos (Nota 22).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em 16 de março de 2016.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

- (i) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data

da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Plascar Participações Industriais S.A e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, detalhadas abaixo:

	Participação em			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda.	99,89%		99,89%	

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta " Participação de não controladores ".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

O Grupo não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a uma ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*).

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo operam planos de pensão. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. O Grupo tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, o Grupo faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia solicitou o encerramento do Patrocinio do Plano de Aposentadoria PlascarPrev, sendo que esta solicitação foi aprovada pela Previc em 22 de junho de 2015, conforme nota 18. Ganhos e perdas apurados na liquidação do plano foram registrados no resultado do exercício.

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

O Grupo fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

(b) Venda de ferramentais

O Grupo desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Arrendamentos

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.20 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.21 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

2.22 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)) como demonstrado na Nota 12.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Imposto de renda diferido ativo

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. A Companhia reverteu o saldo de tributos diferidos ativos no limite do saldo de tributos diferidos passivos, por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2015	2014
Contas a receber (Nota 6)	10.881	7.622
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	277	155
Fornecedores	(980)	(660)
Exposição líquida	<u>10.178</u>	<u>7.117</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Impacto no resultado do período (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro			
CDI	15,38%	19,23%	23,07%
Empréstimos e financiamentos	(44.234)	(39.491)	(44.234)

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2015.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e

suas controladas não possuem saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, quando houver, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha fundos de curto prazo de R\$ 11 (2014 - R\$ 668) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Consolidado				
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos	21.725	65.173	208.924	27.463	323.285
Fornecedores	49.630	10			49.640
Passivos com partes relacionadas	2.240				2.240
Outros passivos	9.424	1.475	958		11.857
	<u>83.019</u>	<u>66.658</u>	<u>209.882</u>	<u>27.463</u>	<u>387.022</u>
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos		189.479	150.693	46.435	386.607
Fornecedores	46.228				46.228
Passivos com partes relacionadas	2.041				2.041
Outros passivos	3.882	1.190	3.173		8.245
	<u>52.151</u>	<u>190.669</u>	<u>153.866</u>	<u>46.435</u>	<u>443.121</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 13)	323.285	386.607
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(315)	(844)
Dívida líquida	322.970	385.763
Total do patrimônio líquido	66.813	260.214
Total do capital	389.783	645.977
Índice de alavancagem financeira - %	83	60

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Presentemente a Companhia não possui passivos registrados a valor justo. Entretanto, abaixo estão os comparativos dos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e seu respectivo valor justo:

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)				
Capital de giro – moeda nacional	216.591	218.003	254.627	252.323
“Leasing”	110	107	349	335
Finame	106.584	106.583	131.631	131.631
	323.285	324.693	386.607	384.289

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2015.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Capital de giro – moeda nacional		216.591		216.591
Arrendamento financeiro – “leasing”		110		110
Finame		106.584		106.584
Total do passivo		323.285		323.285

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2014.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Capital de giro – moeda nacional		254.627		254.627
Arrendamento financeiro – “leasing”		349		349
Finame		131.631		131.631
Total do passivo		386.607		386.607

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

(a) Empréstimos e recebíveis

	2015	2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	315	844
Contas a receber de clientes	37.465	84.082
Contas a receber da venda de imóveis	3.758	3.691
Partes relacionadas	277	155
Depósitos judiciais	4.177	4.058
Outros ativos	3.329	8.719
	<u>49.321</u>	<u>101.549</u>

(b) Outros passivos financeiros

	2015	2014
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	49.640	46.228
Empréstimos	323.285	386.607
Partes relacionadas	2.240	2.041
Outros passivos	11.857	8.245
	<u>387.022</u>	<u>443.121</u>

Controladora

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2015	2014
Terceiros no País	29.565	73.604
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	10.881	7.622
Contas a receber de ferramental no País	492	6.329
Provisão para <i>impairment</i> - créditos duvidosos	(3.473)	(3.473)
	<u>37.465</u>	<u>84.082</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	(3.473)	(2.593)
(Aumento) diminuição da provisão (Nota 20)		(880)
Saldo final	<u>(3.473)</u>	<u>(3.473)</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	2015	2014
A vencer	25.812	74.078
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	5.362	2.963
De 31 a 60 dias	380	208
De 61 a 90 dias	100	124
Há mais de 90 dias	9.284	10.182
	<u>15.126</u>	<u>13.477</u>
Total	<u>40.938</u>	<u>87.555</u>

O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 2015, líquido da provisão para créditos duvidosos refere-se substancialmente a venda do segmento de novos negócios. A administração da Companhia não possui expectativa de perdas sobre esses recebíveis.

7 Estoques

	2015	2014
Produtos acabados	6.012	4.720
Produtos em elaboração	12.449	12.539
Matérias-primas	20.674	26.239
Importação em andamento	3.515	4.053
Materiais de manutenção e auxiliares	1.976	2.719
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	17.139	19.701
Adiantamentos a fornecedores	887	2.217
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	(6.264)	(3.427)
	<u>56.388</u>	<u>68.761</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	(3.427)	(2.872)
Reversão da provisão	1.920	1.597
Aumento da provisão	<u>(4.757)</u>	<u>(2.152)</u>
(Aumento) Redução líquida (Nota 21)	<u>(2.837)</u>	<u>(555)</u>
Saldo final	<u>(6.264)</u>	<u>(3.427)</u>

8 Tributos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	3.577	6.787
Processo FUNRURAL	2.237	2.237
Outros	<u>2.104</u>	<u>1.570</u>
	7.918	10.594
Circulante	<u>(4.211)</u>	<u>(4.697)</u>
Não circulante	<u>3.707</u>	<u>5.897</u>

9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	7.354	91.472
Provisão para demandas judiciais e outras diferenças temporárias		3.972
	<u>7.354</u>	<u>95.444</u>
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (2)	(1.843)	(3.123)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (3)	<u>(5.511)</u>	<u>(28.964)</u>
	<u>(7.354)</u>	<u>(32.087)</u>
Líquido	<u></u>	<u>63.357</u>

- (1) Referem-se ao saldo das controladas Plascar Ltda. no montante de R\$ 91.472 em 31 de dezembro de 2014. A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 50.992 e R\$ 61.994, respectivamente (R\$ 49.762 e R\$ 60.764 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros. A Plascar Ltda, possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 359.216 e R\$ 354.732, respectivamente, sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos, conforme determina a Instrução CVM 371.
- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (3) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. A partir de setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

b) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2015	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(135.208)	(30.337)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	45.971	10.315
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Plano de pagamento baseado em ações		(1.533)
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(121.730)	(12.925)
Outras diferenças permanentes	12.402	(583)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(63.357)</u>	<u>(4.726)</u>

- (1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros e os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, não registrados no período.

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>95.444</u>	<u>(32.087)</u>	<u>63.357</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos		1.280	1.280
Reversão tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa contribuição social pela falta de expectativa de realização.	(88.090)		(88.090)
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação		(5.539)	(5.539)
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação – extinção RTT - reversão		28.992	28.992
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>7.354</u>	<u>(7.354)</u>	<u></u>

10 Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração fixa anual (1)	(7.394)	(6.725)
Remuneração variável (2)	<u>(3.023)</u>	<u>(3.943)</u>
Honorários da administração (Nota 20)	<u>(10.417)</u>	<u>(10.668)</u>
Plano de pagamento baseado em ações	<u></u>	<u>(4.509)</u>
	<u>(10.417)</u>	<u>(15.177)</u>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Empresas ligadas

A Companhia realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos abaixo:

As transações mercantis realizadas entre a Companhia e suas controladas referem-se à compra e venda de insumos e peças, para complemento dos produtos vendidos a montadoras por partes relacionadas da Companhia. Tais operações mercantis ocorrem mediante regular tomada de preços, sendo que as cotações, condições e prazos de pagamento são semelhantes aos praticados com terceiros em prazo não superior a 90 dias, sem atribuição de juros ou encargos.

Historicamente, os saldos (contas a receber) de referidas operações mercantis têm sido pontualmente liquidados de acordo com as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Consequentemente, não foi contabilizada, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo circulante				
Contas a receber:				
IAC Madsnvil – USA			277	153
Outras				2
			277	155
Passivo circulante				
Contrato de mútuo:				
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.			2.240	2.041
Plascar Ltda.	6.375	5.135		
	6.375	5.135	2.240	2.041
Resultado				
Receita de vendas				
IAC Madsnvil – USA			366	515
Outras				13
			366	528

As contas a receber referem-se às vendas de produtos, denominados em moedas estrangeiras, sobre as quais não incidem remuneração.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 99,89% do capital social da Plascar Ltda.. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuaria, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda, com vencimento indeterminado.

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 1,0% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

11 Investimentos

	2015	2014
Em controlada:		
Plascar Ltda.	73.118	265.077
	73.118	265.077

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	2015	2014
Em 31 de dezembro	265.077	323.568
Participação nos prejuízos de controladas	(197.117)	(75.066)
Realização de ajustes de conversão		14.771
Stock option		4.509
Resultado plano de pensão (CPC 33)	5.158	1.528
Ajuste conversão de controlada no exterior		(4.233)
Em 31 de dezembro	73.118	265.077

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	2015	2014
Capital social	389.082	389.082
Quotas totais	389.082.159	389.082.159
Quotas possuídas	388.654.169	388.654.169
Participação	99,89%	99,89%
Patrimônio líquido da controlada	73.199	265.369
Investimento registrado na Plascar S.A.	73.118	265.077
Prejuízo do exercício	(197.335)	(75.149)
Resultado da equivalência patrimonial	(197.117)	(75.066)

Investimentos na Argentina e Uruguai:

Conforme aprovado pela administração da Companhia e comunicado ao mercado em 14 de abril de 2014, a Companhia optou vender suas operações na Argentina e no Uruguai.

Em 11 de abril de 2014, a Companhia finalizou a venda de tais unidades pelo valor de R\$ 1,00 (um real).

Consoante CPC 31 e IFRS 5, a Companhia transferiu, em 31 de março de 2014 seus ativos e passivos para ativos mantidos para a venda, tendo feita a contabilização de seus valores pelo menor valor entre o custo e o valor de mercado menos os custos para venda, não mais consolidando os mesmos. Desta forma, os saldos foram avaliados pelo valor de mercado menos custos para venda e, desta forma, foram reconhecidas perdas no montante de R\$ 15.385.

12 Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		Custo	Depreciação	2015 Líquido	2014 Líquido
Edificações	2 a 4	8.573	(358)	8.215	8.044
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	827.224	(385.998)	441.226	455.934
Moldes	6 a 9	49.015	(37.718)	11.297	12.406
Móveis e utensílios	6 a 10	13.348	(9.823)	3.525	4.179
Veículos	18,57 a 20	4.860	(3.523)	1.337	1.797
Equipamentos de computação	15 a 16,81	6.294	(5.807)	487	498
Terrenos					
Peças e materiais de reposição		3.736		3.736	3.688
Obras em andamento					14.117
Adiantamentos a fornecedores		45.715		45.715	50.173
		958.765	(443.227)	515.538	550.836

(1) Taxa média ponderada de 5,82%.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente à aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação das unidades fabris da Companhia. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2015, R\$ 35.714 refere-se à compra de equipamentos, ainda em construção, financiadas pelo programa FINAME (vide Nota 13).

O montante de R\$ 42.944 (2014 - R\$ 41.910) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 588 (2014 - R\$ 627) em "Despesas com vendas" e R\$ 422 (2014 - R\$ 887) em "Despesas administrativas".

b) Movimentação do custo

Consolidado					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	8.474	220	(44)	(77)	8.573
Máquinas e equipamentos	808.875	10.701	(8.823)	16.471	827.224
Moldes	44.636	2.309		2.070	49.015
Móveis e utensílios	17.212	55	(3.937)	18	13.348
Veículos	5.888	266	(1.292)	(2)	4.860
Equipamentos de computação	6.474	125	(352)	47	6.294
Terrenos					
Peças e materiais de reposição	3.688			48	3.736
Obras em andamento	14.117			(14.117)	
Adiantamentos a fornecedores	50.173			(4.458)	45.715
	959.537	13.676	(14.448)		958.765

Consolidado							
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014							
	Saldo inicial	Variação cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixas	Transferência	Operação Descontinuada Argentina	Saldo final
Edificações	30.806	(1.822)	1.663	(13.909)	(1.575)	(6.689)	8.474
Máquinas e equipamentos	859.575	(15.283)	27.708	(16.414)	9.612	(56.323)	808.875
Moldes	45.245		1.162	(2.549)	778		44.636
Móveis e utensílios	21.538	(959)	362	(197)	(4)	(3.528)	17.212
Veículos	7.399	(53)	666	(429)	(1.499)	(196)	5.888
Equipamentos de computação	7.734	(273)	495	(539)	63	(1.006)	6.474
Terrenos	2.867	(614)				(2.253)	-
Peças e materiais de reposição	4.987				(1.299)		3.688
Obras em andamento	14.117						14.117
Adiantamentos a fornecedores	56.350	(19)			(6.076)	(82)	50.173
	1.050.618	(19.023)	32.056	(34.037)		(70.077)	959.537

c) Movimentação da depreciação

Consolidado					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015					
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Saldo final
Edificações	(430)	(256)	5	323	(358)
Máquinas e equipamentos	(352.941)	(37.736)	4.162	517	(385.998)
Moldes	(32.230)	(4.604)		(884)	(37.718)
Móveis e utensílios	(13.033)	(654)	3.869	(5)	(9.823)
Veículos	(4.091)	(498)	1.040	26	(3.523)
Equipamentos de computação	(5.976)	(206)	352	23	(5.807)
	(408.701)	(43.954)	9.428		(443.227)

Consolidado							
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014							
	Saldo inicial	Varição cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixa	Transferência	Operação Descontinuada Argentina	Saldo final
Edificações	(6.194)	(84)	(474)	3.680	6	2.636	(430)
Máquinas e equipamentos	(363.798)	8.127	(36.840)	10.243	(135)	29.462	(352.941)
Moldes	(27.060)		(4.486)	86	(770)		(32.230)
Móveis e utensílios	(15.450)	603	(700)	114	80	2.320	(13.033)
Veículos	(4.639)	17	(593)	259	788	77	(4.091)
Equipamentos de computação	(7.365)	239	(331)	534	31	916	(5.976)
	(424.506)	8.902	(43.424)	14.916		35.411	(408.701)

d) Custo de empréstimos capitalizados

O valor dos custos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 3.300 (R\$ 6.998 em 31 de dezembro de 2014).

e) Arrendamentos mercantis financeiros (*Leasing*)

Em 31 de dezembro de 2015, a Plascar Ltda. possui 4 contratos de arrendamento mercantil financeiro de máquinas, equipamentos, prédio e veículos.

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 740 (R\$ 1.076 em 31 de dezembro de 2014). Os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios objetos dos contratos.

f) Teste para verificação de impairment de ativo não financeiro.

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de impairment preparados pela Companhia são baseados nos resultados projetados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Os períodos projetados levam em conta a vida útil média dos ativos para cada uma das unidades geradoras de caixa. Alternativamente, a Companhia avalia seus ativos pelo preço líquido de venda e seu valor em uso e compara com o valor contábil desses ativos.

As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) identificadas pela Companhia são: Jundiá, Betim e Varginha, para as quais foram elaboradas projeções de fluxo de caixa por um período de 17 anos, de acordo com a vida útil média dos ativos, considerando uma estimativa de inflação mensal e taxa de desconto WACC de 14,52%, sendo que no período de 2016 a 2018 foi projetado conforme o budget revisado, e a partir de 2020 considerou-se que a Companhia retornará à margem realizada em 2014 conforme o atual cenário macroeconômico estabilize e possibilite uma recuperação do setor, porém, inicialmente, o valor em uso indicou a necessidade de uma provisão para impairment. A Companhia decidiu contratar uma avaliação independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a Avaliação Patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiá, Betim e Varginha.

Segue um resumo da alocação do impairment por nível de segmento operacional:

	Valor contábil dos ativos	2015 Valor líquido de venda
Jundiaí	239.884	240.225
Betim	161.241	169.597
Varginha	114.078	116.163
Corporativo	335	(*)
Total	<u>515.538</u>	<u>525.985</u>

(*) valor não avaliado

Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de impairment.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros	2015	2014
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,32% a 0,90% a.m.	216.591	254.627
“Leasing”	Juros de 1,02% a 1,25% a.m.	110	349
FINAME	Juros de 0,21% a.m. a 0,73% a.m.	<u>106.584</u>	<u>131.631</u>
Total		323.285	386.607
(-) Circulante		<u>(323.285)</u>	<u>(189.479)</u>
Não circulante			<u>197.128</u>

A empresa possui tecnicamente contratos vencidos, e em 2015, a Companhia transferiu o saldo de empréstimos de longo prazo para curto prazo no montante de R\$ 236.387 em razão do não cumprimento dessas cláusulas restritivas (“*covenants*”), porém apesar de estarem no curto prazo, nenhum banco executou o direito de declarar vencimento antecipado. A Companhia concluiu o alongamento da dívida com seus principais bancos conforme detalhado na nota 1 e vem renegociando seus contratos com sucesso e, dessa forma, não há expectativa de que ocorra qualquer execução desses contratos bancários por parte dos bancos credores.

Dos empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., R\$ 87.191 são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2015, R\$ 35.714 refere-se a contratos para aquisição de injetoras, ainda em construção pelos fornecedores, registrado em contrapartida de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado.

Os contratos de “leasing” são garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos.

14 Compromissos e contingências

a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

b) Processos judiciais

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Trabalhistas	11.132	10.974
	<u>11.132</u>	<u>10.974</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		
	Saldo inicial	Adição Pagamentos	Saldo final
Trabalhistas	10.974	9.054 (8.896)	11.132
	<u>10.974</u>	<u>9.054 (8.896)</u>	<u>11.132</u>

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014		
	Saldo inicial	Adição Pagamentos	Saldo Final
Trabalhistas	10.271	7.312 (6.609)	10.974
	<u>10.271</u>	<u>7.312 (6.609)</u>	<u>10.974</u>

Trabalhistas

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não

há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Tributárias	9.561	6.036
Trabalhistas	49.217	45.547
	<u>58.778</u>	<u>51.583</u>

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2015, a Plascar Ltda. possui 6 processos tributários, avaliados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante de R\$ 9.561 (R\$ 6.036 em 31 de dezembro de 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Ativos contingentes

Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente. Ambos estão avaliados pelos assessores jurídicos com ganho provável, sendo que, deste montante, R\$ 2.237 relacionados ao caso do FUNRURAL está registrado na rubrica tributos a recuperar (nota 18).

Adicionalmente, a Companhia esclarece que (i) o processo contra o FUNRURAL, cuja sentença favorável à Companhia já transitou em julgado, está pendente apenas de apuração quanto à atualização contábil do valor devido à Companhia para posterior emissão de ordem de liquidação e pagamento; e (ii) o processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença também foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já deu início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. O caso, atualmente, aguarda manifestação judicial quanto ao início da referida execução pleiteada pela Companhia.

15 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores da Companhia ou de Sociedade sob seu controle.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi homologado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 2.596, passando de R\$ 479.376 para R\$ 481.972, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de abril de 2014.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado está composto por 4.970.167 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal (248.508.356 ações em 31 de dezembro 2014).

b) Reservas

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- (i) Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações. (Nota 16).

- (ii) Reserva de lucros para expansão

Composto pelo lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal e distribuição de lucros, destinados a investimentos futuros em projetos de expansão, de acordo com o orçamento de capital submetido à assembleia geral ordinária.

c) Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Ágio em transações de capital com entidade sob controle comum: Refere-se ao ágio pago na aquisição da Plascar Argentina S.A. (anteriormente denominada Plastal S.A.), conforme comentado na Nota 9, fundamentado em rentabilidade futura. Esse ágio não foi reconhecido no ativo da Plascar Ltda., visto tratar-se de uma transação dentro do mesmo grupo econômico. Tal ágio foi absorvido contra os prejuízos acumulados, em face da alienação de tais investimentos no ano de 2014 conforme mencionado na Nota 11.
- (ii) Outros itens de Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se ao custo atribuído dos ativos imobilizados da Plascar Ltda. em decorrência da adoção inicial do CPC 27 (IAS 16), o qual está sendo realizado através da depreciação ou baixa dos bens em contrapartida à rubrica lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

16 Plano de pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2011, os acionistas da Companhia deliberaram a instituição de um novo plano (“Novo Plano de Outorga”) para outorga de 10.817.972 ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com os termos principais que o regiam à época, conforme seguem:

- (a) Foram indicados como beneficiários do Novo Plano de Outorga os seguintes executivos, bem como definido o total de ações a lhes serem outorgadas, a saber: (i) André Cambauva do Nascimento – 8.321.517 ações; (ii) Gordiano Pessoa Filho – 1.664.303 ações; e (iii) José Donizeti da Silva – 832.152 ações;
- (b) A outorga das ações ficou condicionada a um período de carência total de 5 anos, contados a partir da data da assinatura de cada contrato e observada as seguintes proporções para a outorga efetiva das ações aos beneficiários:

Prazo de carência	Percentual das ações a serem transferidas
1º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
2º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
3º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
4º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
5º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga

- (c) Transcorrido cada prazo de carência, o Conselho de Administração da Companhia tomaria as providências para que o percentual correspondente às ações objeto da outorga fosse transferido para os beneficiários nas proporções acima indicadas;

- (d) As ações poderiam ser negociadas pelos beneficiários assim que lhes fossem transferidas pela Companhia, desde que os Beneficiários observassem as restrições previstas na legislação em vigor e na Política de Divulgação da Companhia;
- (e) Em caso de desligamento da Companhia antes do decurso do prazo de carência de 5 anos e proporções previstas no item (b), o beneficiário perderia os direitos decorrentes da outorga conferidos pelo plano, entendendo-se “desligamento” como qualquer ato ou fato, justificado ou não, que ponha fim à relação jurídica do beneficiário com a Companhia ou suas subsidiárias, abrangendo, dentre outras hipóteses, a destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão do contrato de trabalho ou aposentadoria, seja a que título for; e
- (f) As ações transferidas aos beneficiários, depois de esgotado cada prazo de carência, confeririam aos beneficiários o direito ao recebimento de dividendos respectivos.

A Companhia, na valorização do plano e reconhecimento da despesa, considerou 5 *vesting periods* e respectivos valores justos da ação, conforme previsto na norma internacional (IFRS 2) e CPC10, como demonstrado abaixo:

Períodos	Valor justo da ação	Total de ações a serem transferidas
10. Aniversário (20%)	2,54	2.163.594
20. Aniversário (20%)	2,54	2.163.594
30. Aniversário (20%)	2,51	2.163.594
40. Aniversário (20%)	2,48	2.163.595
50. Aniversário (20%)	2,45	2.163.595
		<u>10.817.972</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2013, foi autorizada a subscrição de 2.163.594 novas ações da Companhia ao preço de emissão de R\$ 0,44 (preço de mercado), o que gerou um aumento de capital de R\$ 952. A outorga das ações aos administradores deu-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2014, foi autorizada a subscrição de 6.490.782 novas ações da Companhia ao preço de emissão de R\$ 0,40 (preço de mercado), o que gerou um aumento de capital de R\$ 2.596. A outorga das ações aos administradores deu-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014, nesta mesma data ocorreu o encerramento do plano.

17 Resultado por ação

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Numerador:		
Prejuízo líquido do exercício de operações continuadas	(198.348)	(34.997)
Denominados:		
Média ponderada do número de ações	<u>4.970.167</u>	<u>4.970.167</u>
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$	<u>(39,91)</u>	<u>(7,04)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

18 Plano de pensão

Salientamos que, nos termos da Resolução CGPC nº 11, de 13 de maio de 2013, a Plascar solicitou o encerramento do Patrocínio do Plano de Aposentadoria PlascarPrev em 23 de dezembro de 2014, sendo que esta solicitação foi aprovada pela PREVIC – Superintendência de Previdência Complementar em 22 de junho de 2015. A efetiva liquidação do Plano deu-se em 1º de outubro de 2015.

Em observância à Legislação que trata da Liquidação e Retirada de Patrocínio de Planos de Benefício, o valor liquidado tomou como base a Posição Patrimonial do Plano em 30 de junho de 2015, devidamente atualizado para o instante efetivo da liquidação, de acordo com a variação da rentabilidade.

O valor presente das obrigações e os custos do serviço corrente relativos à parcela de benefício definido do plano em 30 de junho de 2015 foram apurados pelo Método de Crédito Unitário Projetado e foi determinado por atuário técnico especializado, utilizando as seguintes premissas (taxas nominais incluindo a taxa de inflação de longo prazo):

1. 12,00% como taxa de ajuste a valor presente (taxa de desconto);
2. 7,63% como índice de aumentos salariais estimados;
3. 4,50% como taxa de reajuste de benefícios; e
4. 4,50% como taxa de inflação de longo prazo.

As normas contábeis brasileiras e internacionais estabelecem que a taxa de desconto deva ser obtida com base nas taxas de retorno praticadas pelo mercado para papéis de primeira linha na data do balanço. Alternativamente, e na falta desta categoria de papéis no mercado, é indicado o uso das taxas de retorno oferecidas pelos títulos do governo. Nos últimos anos, o mercado tem adotado como base para definição da taxa de desconto para planos de aposentadoria as NTN-B emitidas pelo Governo. Este papel foi escolhido pela sua característica de longo prazo, que é semelhante aos vencimentos das obrigações assumidas pelas empresas com os benefícios de pós-emprego, e dada a sua indexação ao IPCA, que é próximo do INPC, índice que vem sendo adotado nos acordos coletivos de dissídio pelas empresas.

Com base nas NTN-B (fonte Anbima) registradas na posição de 30 de junho de 2015 (data mais atual disponível na data dos cálculos), bem como na maturidade dos compromissos com o Plano de Aposentadoria da Plascar (“duration” aproximado de 11 anos), a taxa de desconto considerada é de 7,20% a.a. (mais inflação pelo INPC). Essas premissas são consideradas adequadas pelo atuário assim como pela administração da Patrocinadora.

O valor justo dos ativos do plano representa o valor de mercado que esses ativos podem ser negociados em condições normais. Para apuração do rendimento esperado dos ativos do plano foi considerada a hipótese de 12,00% (10,51% em 2014) como taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano.

Em 30 de junho de 2015, o Plano de Aposentadoria contava com 3.057 participantes ativos (3.524 em 31 de dezembro de 2014).

Apresentamos a seguir a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço da Companhia:

	1º. de outubro de 2015	Posição antes do encerramento do plano	2014	2013
Composição do ativo atuarial				
Valor presente das obrigações atuariais		10.362	10.834	10.574
Valor justo dos ativos do plano		(22.454)	(21.192)	(19.352)
Limite Máximo de Reconhecimento do Ativo			3.430	3.718
Ativo atuarial líquido		(12.092)	(6.928)	(5.060)
Conciliação do valor presente das obrigações				
Valor das obrigações no início do ano	10.362	10.834	10.574	14.239
Custo do serviço corrente bruto		107	218	367
Juros sobre obrigação atuarial	(259)	(545)	1.125	1.204
Benefícios pagos no ano		(361)	(564)	(642)
Obrigações - (ganho) ou perda	11.790	327	(519)	(4.594)
Pagamentos da Retirada	(21.893)			
Valor das obrigações no final do ano		10.362	10.834	10.574
Conciliação do valor justo dos ativos				
Valor justo dos ativos no início do ano	22.454	21.192	19.352	22.884
Benefícios pagos no ano		(361)	(564)	(642)
Rendimento efetivo dos ativos no ano		1.623	2.404	(2.890)
Pagamentos da Retirada	(22.454)			
Valor justo dos ativos no final do ano		22.454	21.192	19.352
Cálculo dos (ganhos) e perdas				
Reconhecimento no ano		1.296	830	(250)
(Ganho) perda nas obrigações atuariais		327	(519)	(4.594)
(Ganho) perda nos ativos do plano		(1623)	(311)	4.844
Ganho no final do ano				

O saldo atuarial atualizado e apurado pela Companhia junto com seus especialistas, antes do encerramento do plano, apresenta um ativo líquido de R\$ 12.092 (R\$ 6.928 em 31 de dezembro 2014), em função da perspectiva de realização do saldo com contribuições futuras do plano. Decorrente dessa atualização, no exercício findo 31 de dezembro de 2015, foi contabilizada um ganho atuarial de R\$ 5.164, a qual foi registrada em contrapartida outros resultados abrangentes.

A conclusão do Processo de Retirada ocorreu no quarto trimestre de 2015, e resultou na baixa de R\$ 11.671, a qual foi registrada em contrapartida Outras despesas operacionais no resultado do exercício.

19 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2015	2014
Receita bruta de vendas	630.630	858.410
Impostos incidentes sobre vendas	(135.900)	(185.689)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(13.956)	(14.378)
	<u>480.774</u>	<u>658.343</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12 e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%) e Contribuição previdenciária sobre faturamento (alíquota de 1%).

20 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2015	2014
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo	(192.174)	(276.104)
Gastos com pessoal (Nota 24)	(181.198)	(191.608)
Frete sobre vendas	(12.065)	(17.385)
Depreciação e amortização	(43.954)	(45.138)
Energia elétrica, água e telefone	(27.850)	(26.860)
Serviços de terceiros	(13.663)	(16.353)
Honorários da Administração (Nota 10)	(10.417)	(10.668)
Plano de pagamento baseado em ações (Nota 16)		(4.945)
Comissões sobre vendas	(376)	(456)
Aluguéis de imóveis	(19.953)	(21.036)
Provisão para créditos duvidosos (Nota 6)		(880)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7)	(2.837)	(555)
Outros	(19.882)	(18.049)
	<u>(524.369)</u>	<u>(630.037)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(446.634)	(536.274)
Despesas com vendas	(23.230)	(30.079)
Despesas administrativas e gerais	(54.505)	(63.684)
	<u>(524.369)</u>	<u>(630.037)</u>

21 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros	(63.869)	(56.265)
Encargos sobre impostos parcelados *	(21.243)	(10.289)
Variações cambiais passivas	(2.231)	(1.358)
IOF	(3.280)	(2.701)
Outros	(765)	(434)
	<u>(91.388)</u>	<u>(71.047)</u>
Receitas financeiras		
Juros	55	70
Variações monetárias ativas	521	414
Variações cambiais ativas	6.746	1.685
Outros	37	71
	<u>7.359</u>	<u>2.240</u>
Resultado financeiro	<u>(84.029)</u>	<u>(68.807)</u>

*Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

22 Obrigações Fiscais

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 105.982, destes, R\$ 49.609 referem-se à vencidos e R\$ 53.352 parcelados

	Parcelados				
	Em Aberto	Á Vencer	Vencidos	Circulante	Não Circulante
PIS	9.662	196	7.570	570	1.326
COFINS	45.327	885	31.553	5.912	6.977
ICMS	44.258	1.319	4.875	12.041	26.023
IPI	1.022	261	258	503	
OUTROS	360	360			
	<u>100.629</u>	<u>3.021</u>	<u>44.256</u>	<u>19.026</u>	<u>34.326</u>

Sobre os valores vencidos o Grupo registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado plano de pensão – encerramento do plano (nota 18)	(11.671)	
Crédito energia elétrica Mercado Livre	4.238	7.316
Compensação Impostos (Reintegra)		1.199
Outros	(151)	1.649
	<u>(7.584)</u>	<u>10.164</u>

24 Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Salários e encargos sociais	136.088	147.843
Plano de participação nos resultados	14.664	13.101
Benefícios previstos em Lei	30.396	30.465
Benefícios adicionais	50	199
	181.198	191.608

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e suas controladas têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, seguro de vida, transporte coletivo e alimentação, reembolso escolar, auxílio creche e reembolso de treinamentos.

Plano de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

25 Informações complementares dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2015	2014
Pagamentos durante os exercícios		
Juros	56.491	49.926
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	3.300	6.998

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

26 Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 601.715 (R\$ 601.715 em 31 de dezembro de 2014), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2014) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.